

MÉXICO
GOBIERNO DE LA REPÚBLICA



OFICINA DEL REPRESENTANTE ESPECIAL DEL SECRETARIO GENERAL SOBRE
LA VIOLENCIA CONTRA LOS NIÑOS

REUNIÓN INTERAMERICANA SOBRE CASTIGO CORPORAL CONTRA NIÑAS, NIÑOS Y ADOLESCENTES

25-26 DE ABRIL DE 2018

★ CIUDAD DE MÉXICO ★



End Violence
Against Children
THE GLOBAL PARTNERSHIP

DISQUE 100

O QUE É?

Serviço de atendimento telefônico gratuito para recebimento e encaminhamento de denúncias de violação de direitos humanos em especial as que atingem populações com vulnerabilidade acrescida, como: Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas, Pessoas com Deficiência, LGBT, Pessoas em Situação de Rua e Outros, como quilombolas, ciganos, índios, pessoas em privação de liberdade.

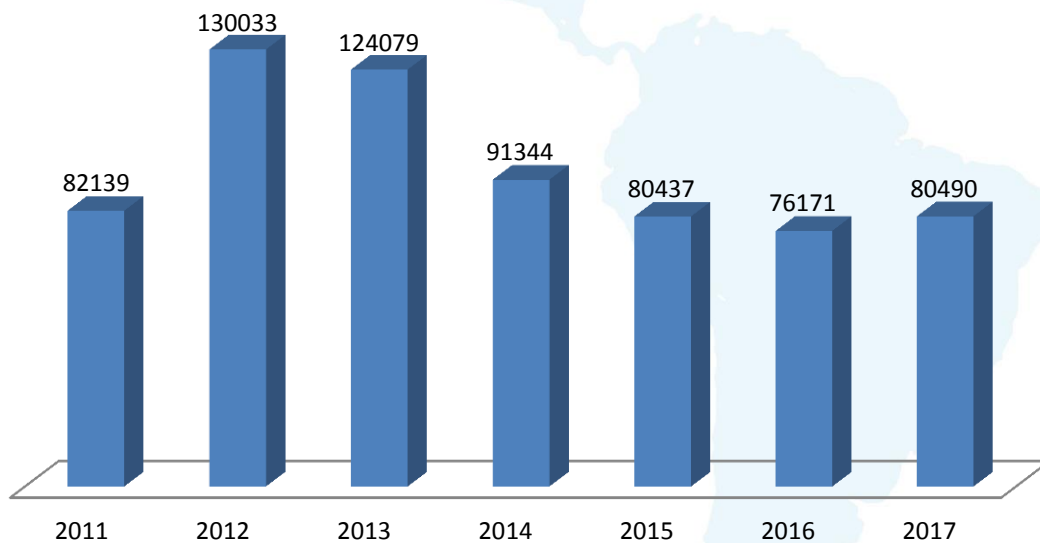
O canal funciona 24 horas por dia, nos 7 dias da semana.



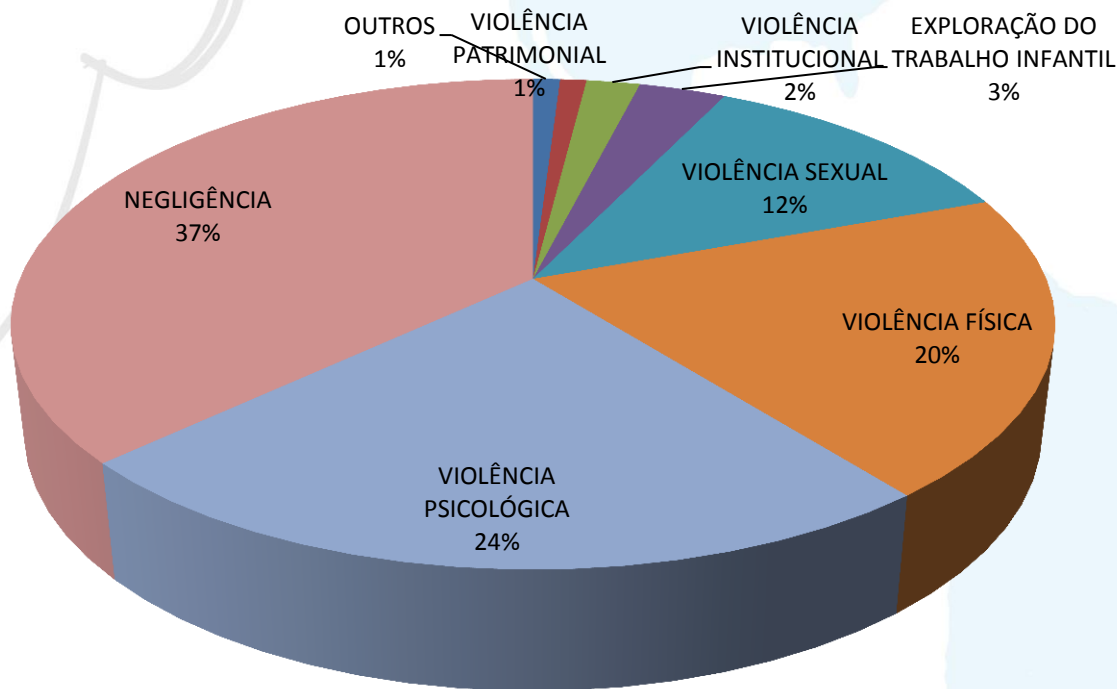
DADOS – DISQUE 100

Em 2017, foram registradas **84.049 denúncias** de violação de direitos de crianças e adolescentes, o que representa **60% das demandas** recebidas pelo serviço.

Disque 100: Denúncias CeA, período 2011 – 2017.

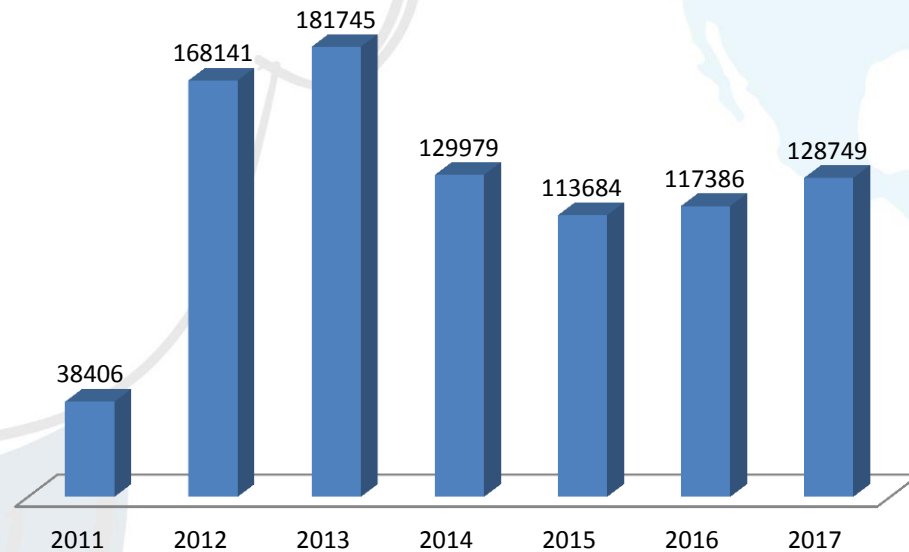


Disque 100 – Denúncias por tipo de violação – 2017.



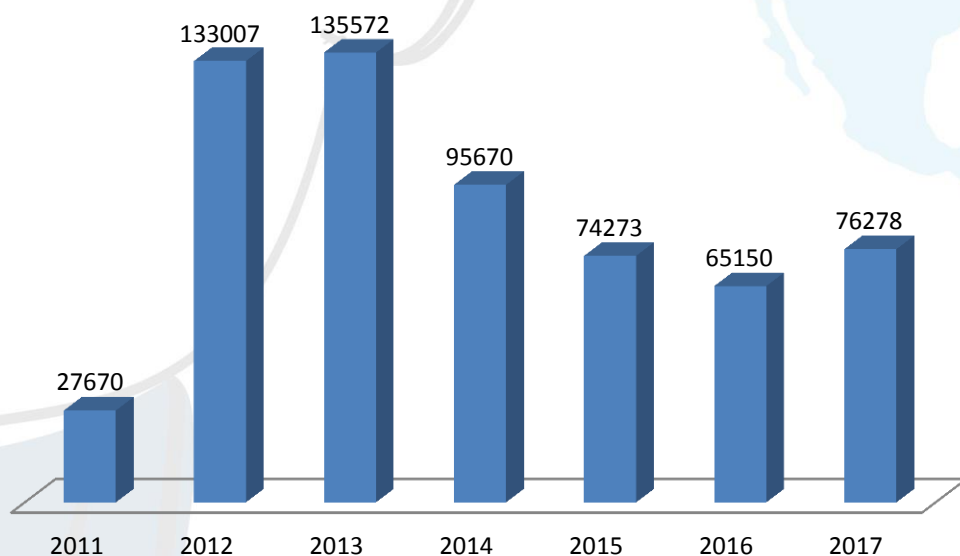
As principais violações de direitos de crianças e adolescentes são **negligência, violência psicológica, violência física e violência sexual.**

Disque 100 – Denúncias de Negligência



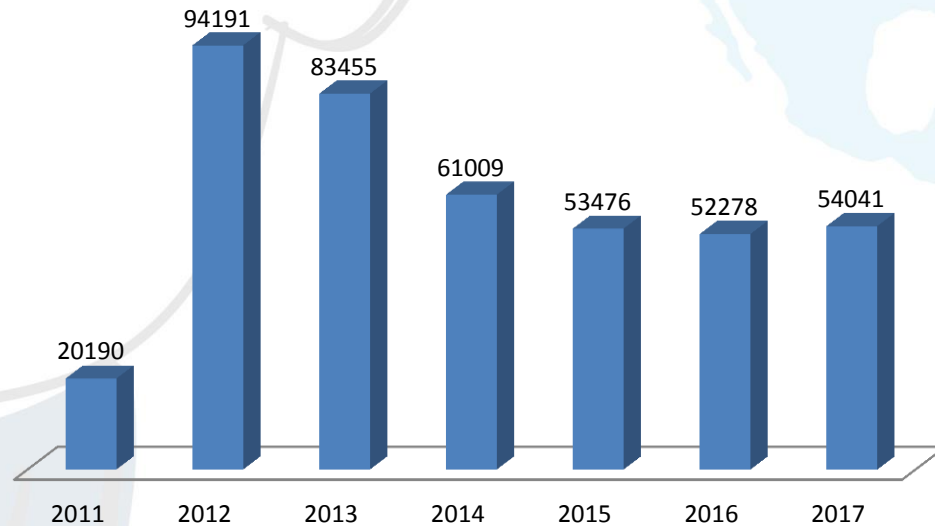
A negligência é caracterizada principalmente por situações de abandono, autonegligência, descuido com a alimentação, higiene e saúde das crianças e adolescentes, bem como a falta de amparo e responsabilização.

Disque 100 – Denúncias de Violência Psicológica



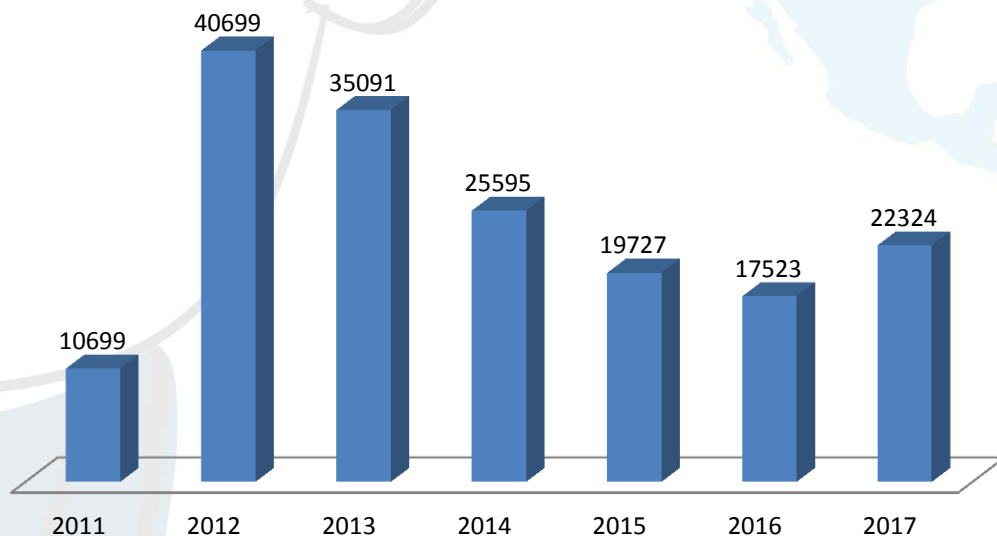
Os principais casos de violência psicológica são: ameaça, calúnia, injúria, difamação, chantagem, hostilização, humilhação, infantilização, perseguição e subtração de incapaz.

Disque 100 – Denúncias de Violência Física



Na categoria violência física, foram registrados autoagressão, cárcere privado, chacina, homicídio, latrocínio, lesão corporal e maus tratos.

Disque 100 – Denúncias de Violência Sexual



As denúncias de violência sexual incluem o abuso sexual, estupro, exploração sexual, exploração sexual no turismo, *grooming*, *sexting* e pornografia infantil.

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

- Código Penal – Lei nº 2.848/1940
- Lei da Tortura – Lei nº 9.455/1997
- Lei Menino Bernardo – Lei nº 13.010/2014
- Lei da Escuta Especializada e do Depoimento Especial – Lei nº 13.431/2017
- Portarias nº 204 e 205 , de 17 de fevereiro de 2016, do Ministério da Saúde , Lista Nacional de Notificação Compulsória e a Lista Nacional de Doenças e Agravos a serem monitorados por meio da estratégia de vigilância em unidades sentinelas e suas diretrizes
- Planos Nacionais: PNDH3, Enfrentamento à Violência Sexual, Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

LEI MENINO BERNARDO

No Brasil, as crianças e adolescentes têm o direito de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante , garantido pela Lei 13.010, de 26 de junho de 2014.

1. Conceitos

Castigo físico: Ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em sofrimento físico ou lesão.

Tratamento cruel ou degradante: Conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que humilhe, ameace gravemente ou ridicularize.

2. Medidas Aplicadas

Pais, integrantes da família ampliada, responsáveis, agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes estão sujeitos as seguintes medidas:

- I - encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família;
- II - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;
- III - encaminhamento a cursos ou programas de orientação;
- IV - obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado;
- V - advertência.

3. Ações para difundir formas não violentas de educação

- I - Promoção de campanhas educativas;
- II - Integração com os órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, com o Conselho Tutelar, com os Conselhos de Direitos e com as entidades não governamentais;
- III - Formação continuada e capacitação dos profissionais de saúde, educação e assistência social e outras áreas;
- IV - Apoio e incentivo às práticas de resolução pacífica de conflitos;
- V - Inclusão, nas políticas públicas, de ações que visem a garantir os direitos da criança e do adolescente, desde a atenção pré-natal, e de atividades junto aos pais e responsáveis com o objetivo de promover a informação, a reflexão, o debate e a orientação sobre alternativas ao uso de castigo físico no processo educativo;
- VI - Promoção de espaços intersetoriais locais para a articulação de ações e a elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência.

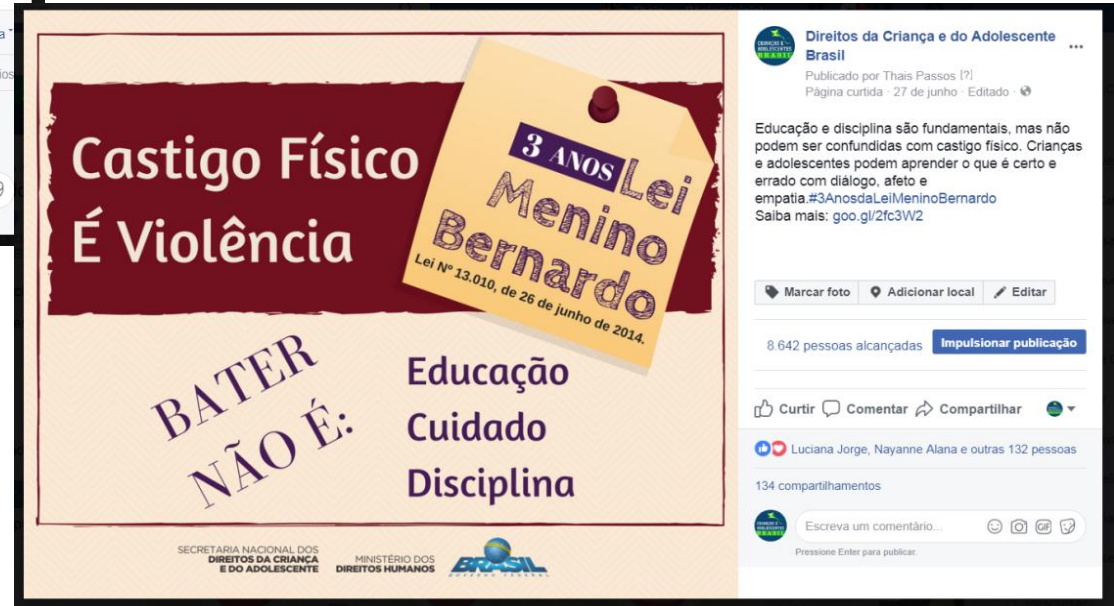
ATUAÇÃO DA SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- Disponibilização de um curso sobre a Lei Menino Bernardo na Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Previsão: 2º semestre de 2018.
- Inclusão de uma aula sobre o tema no curso oferecido pelo Instituto Federal de Rondônia, responsável pela Escola de Conselhos da Amazônia Legal. A expectativa é capacitar 4.490 conselheiros nesta região.
- Produção de uma cartilha para divulgação da lei e da importância da promoção de uma educação sem violência. Previsão de lançamento: junho de 2018, em alusão ao aniversário de 4 anos da lei.
- Produção de campanhas educativas nas redes sociais. Em 2017, foram publicados materiais sobre a Lei Menino Bernardo nas páginas <https://www.facebook.com/DireitosdaCriancaedoAdolescenteBrasil> e <https://www.facebook.com/direitoshumanosbrasil/>, em comemoração aos três anos da lei.



800 mil seguidores na página Direitos Humanos Brasil

37 mil seguidores na página Direitos da Criança e do Adolescente



Objetivo da campanha: conscientizar a população sobre a existência da lei e seus principais pontos.

3 ANOS Lei Menino Bernardo

Lei Nº 13.010, de 26 de junho de 2014.

Por uma educação livre de

Castigo Físico

Não é só agressão física. Humilhar, Ameaçar e Ridicularizar crianças e adolescentes também são formas cruéis de tratamento.

SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS

Direitos da Criança e do Adolescente Brasil

Publicado por Thais Passos [?]

Página curtida · 28 de junho · Editado

A palmada não é a única forma de educação com violência de crianças e adolescentes. #3AnosdaLeiMeninoBernardo Saiba mais: goo.gl/2fc3W2

8 389 pessoas alcançadas

Impulsionar publicação

136 Curtir 144 compartilhamentos

Maikon Urbano da Silva S tutelares também tem que se fala sobre isso

Escreva um comentário.

3 ANOS Lei Menino Bernardo

Lei Nº 13.010, de 26 de junho de 2014.

Quem utilizar castigo físico contra crianças e adolescentes estará sujeito às seguintes medidas:

- Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família;
- Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;
- Encaminhamento a cursos ou programas de orientação;
- obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado;
- Advertência.

SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS

Direitos da Criança e do Adolescente Brasil

Publicado por Thais Passos [?]

Página curtida · 29 de junho ·

A Lei Menino Bernardo não criminaliza ninguém. Apenas prevê a apresentação de medidas para interromper e prevenir a violência contra a criança. #3AnosdaLeiMeninoBernardo.

9 314 pessoas alcançadas

Impulsionar publicação

161 Curtir 117 compartilhamentos 2 comentários

Maikon Urbano da Silva Nem só de amor vive o CONSELHO TUTELAR... #porumsaláriocompatívelcomafunção!

Escreva um comentário.

Ingresso do Brasil na Parceria global para o fim da violência contra crianças

O que é?

Liderada pela ONU, a iniciativa reúne governos de diferentes países, organizações internacionais, sociedade civil, entre outros grupos. O objetivo é contribuir para a eliminação de todas as formas de violência contra crianças e adolescentes e, em especial, para o cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Compromissos do Brasil

Disseminação de boas práticas, a troca de experiências, bem como o monitoramento e a avaliação de seu cumprimento.

Desenvolvimento de sistema de indicadores sobre crianças e adolescentes, com foco na identificação das violações de seus direitos.